



POLÍTICA EXTERNA dos Estados Unidos da América do Norte

Max Hoertel

Major de Artilharia da Turma de 19 Dez 58, promovido ao posto atual, por merecimento, em 25 Dez 74.

Possui os Cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Material Bélico, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Exerce, atualmente, a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

SÍNTESE HISTÓRICA

Em fevereiro de 1945, quando a ALEMANHA já estava à beira da derrota total, foi realizada a Conferência de Yalta entre os chamados Três Grandes. Naquela ocasião, o Presidente ROOSEVELT, evidentemente preocupado em agradar à URSS na esperança de que assim agindo estaria contribuindo para uma situação de estabilidade na EUROPA de pós-guerra e de que, paralelamente, conseguiria a adesão de um valioso aliado na guerra contra o JAPÃO, fez uma série de concessões que provariam, mais tarde, ter sido motivo do estabelecimento de um clima de tensão mundial que ainda perdura até o momento atual. Daquela conferência podem ser ressaltadas as seguintes decisões:

- composição da ONU e o estabelecimento do direito de veto aos membros permanentes do Conselho de Segurança e de competência para tratar dos problemas de tutela territorial e de áreas dependentes, exceção aos "casos de territórios existentes", resguardando os interesses

- coloniais do Império Britânico — o que forçou CHURCHILL a assinar o acordo relativo à participação da URSS na Guerra contra o JAPÃO;
- desmembramento da ALEMANHA e participação francesa nas responsabilidades da ocupação e no Conselho para o controle do país — a concordância de STALIN ficou condicionada a que a zona a ser ocupada pela FRANÇA fosse retirada daquelas destinadas à INGLATERRA e aos EUA.
 - criação de uma Comissão de Reparações de Guerra;
 - reconhecimento do Governo Provisório Polonês da Unidade Nacional, instituído por STALIN;
 - concessões à URSS no extremo oriente, principalmente a ocupação das ILHAS KURILAS.

E, como consequência desse "apaziguamento" de STALIN, verificou-se a desmedida expansão soviética na EUROPA, com a incorporação da LITUÂNIA, LETÔNIA e ESTÔNIA e a comunização e satelitização da POLÓNIA, ROMÉNIA, BULGÁRIA, YUGOSLÁVIA, ALEMANHA ORIENTAL, HUNGRIA e TCHECOSLOVÁQUIA.

Após o término da Guerra inicia-se uma nova era, com os EUA despontando como potência dominante no cenário mundial, só encontrando adversário na URSS e, por outro lado, com a INGLATERRA e a FRANÇA combatidas pelo prolongado esforço de guerra e perdendo suas antigas colônias.

Subsistiam, entretanto, as divergências ideológicas e estratégicas. Os EUA procuram criar condições institucionais que lhes permitam desempenhar o papel universal conquistado durante a guerra e, a URSS, por outro lado, preocupa-se em consolidar a esfera de influência que ocupara no Leste Europeu.

Tem início, então, a fase da chamada "guerra-fria".

A tentativa de comunização da GRÉCIA encontra a oposição firme dos EUA, com as decisões adotadas pelo Presidente TRUMAN em 1947. Na mensagem de TRUMAN ao Congresso a respeito da assistência à GRÉCIA e à TURQUIA ficou identificada a nova atitude dos EUA, caracterizada por uma *estratégia de contenção*, um conceito geograficamente restrito, mas que revelou, desde os primórdios, uma tendência incoercível para passar ao plano mundial e se transformar numa *estratégia de confrontação militar global* com o bloco soviético.

Da doutrina TRUMAN, dois aspectos devem ser salientados:

- a unilateralidade, isto é, a opção pela liberdade de ação unilateral no plano internacional;
- a chamada "teoria do dominó", isto é, a tendência a considerar todos os países com o mesmo valor estratégico e com idêntica capacidade de defesa e que no caso de um deles cair, todos os demais viriam a cair sucessivamente.

Sentindo também a necessidade de fortalecer seus aliados, como meio de contenção dos soviéticos, os EUA lançam em 1947 o Plano Marshall, reorganizam o sistema econômico mundial com a recuperação das economias da EUROPA OCIDENTAL e do JAPÃO, a intensificação do intercâmbio de capitais, bens e serviços e a introdução de novas formas de organização do capital, com o aparecimento das empresas multinacionais.

No campo militar, a estratégia de contenção é caracterizada pela criação da OTAN.

Em 1950, diante do colapso militar da CORÉIA DO SUL, os americanos engajam suas forças de terra na luta contra os invasores e interpõem sua VII Frota entre TAIWAN e o litoral chinês. A vitoriosa ofensiva americana, com suas tropas próximas às fronteiras da MANDCHÚRIA e a ameaça de reunificação da CORÉIA sob a égide dos EUA, levam a CHINA a intervir no conflito, restabelecendo o equilíbrio de forças e provocando o impasse militar que culminou com o armistício de PIONGIANG e o restabelecimento do "status quo" anterior. Nessa guerra, ante a possibilidade de uma confrontação nuclear entre os EUA e a URSS, os americanos tiveram limitadas suas ações estratégicas profundas em território inimigo. No universo do relacionamento entre as superpotências, esse fato se traduziu no estabelecimento do *equilíbrio do terror*, no qual nenhum dos dois países reúne condições de atacar nuclearmente o outro sem receber, de volta, um golpe retaliatório inteiramente intolerável.

Em 1954, o Secretário de Estado JOHN FORSTER DULLES lança a nova versão da estratégia americana, a *retaliação maciça*, onde os EUA se reservam a opção de empregar seu arsenal atômico para responder a provocações convencionais ou não dos soviéticos.

Nessa época, em vista dos elevados dispêndios verificados com a corrida armamentista, do impasse nuclear e da impossibilidade de se conservar tal impasse em alto nível de atrito, o que inevitavelmente conduziria as superpotências ao conflito total, inicia-se o processo de superação da guerra-fria, com a adoção da política da "détente", que nada mais significa do que um relaxamento de tensões e não o abandono de pretensões hegemônicas e a solução permanente das áreas de atrito.

Posteriormente, ante o elevado estágio de desenvolvimento tecnológico alcançado pela URSS, o que tornou superada a idéia de invulnerabilidade dos EUA a uma agressão nuclear, três tipos de reação se tornaram patentes no país. O primeiro, consolidado na doutrina de ROBERT MCNAMARA de *resposta flexível*, dá ênfase a que os EUA deveriam ser capazes de enfrentar a agressão comunista no próprio nível em que a mesma se verificasse. O segundo tipo, caracterizado na teoria da *escalada* de HERMAN KHAN, não admitia mais uma guerra nuclear como um espasmo, em que os armamentos estratégicos seriam acionados indiscriminadamente, mas desenvolvendo-se em uma série de etapas que iriam se agravando progressivamente, começando por uma situação de crise ostensiva, passando a situações de guerra convencional, guerra nuclear limitada, guerra nuclear total e culminando com uma

"guerra insensata", um "vale tudo", um "apertar todos os botões". O terceiro tipo de reação baseou-se no interesse de ambas as superpotências na manutenção de um *equilíbrio estratégico estável* e caracterizou-se nos esforços para a "détente", isto é, o relaxamento de tensões.

No continente americano, a adesão de CUBA ao sistema soviético culmina com a "crise dos foguetes" em 1962, cuja consequência principal foi o compromisso americano de não-intervenção naquela ilha do CARIBE e o resultante fortalecimento do regime de FIDEL CASTRO.

No SE asiático surge o problema do VIETNAM, com o envolvimento de poderosa força americana em um tipo de conflito para o qual não estava de início preparada, com graves repercussões tanto no campo externo como, principalmente, no interno.

Com a ascensão de NIXON e seu assessor, posteriormente Secretário de Estado, HENRY KISSINGER, os EUA passam a viver uma nova era no relacionamento externo. KISSINGER iniciou uma verdadeira revolução não só na política externa, mas também no modo pelo qual é entendida a política internacional no nosso tempo. KISSINGER reconheceu a existência de uma bipolaridade militar, que implicava na necessidade de acordos de "sobrevivência" entre os EUA e a URSS, e de uma multipolaridade político-econômica, insinuando o reconhecimento de novos atores no cenário mundial: a CHINA, a EUROPA OCIDENTAL e o JAPÃO. A nova política, flexível, pluralista, pragmática e realista, visava à garantia de uma estrutura de paz permanente, baseada nas seguintes linhas mestras:

- os EUA, embora determinados a manter sua condição de país mais poderoso do mundo, renunciam à sua onipresença e onipotência em um dos pólos da bipolaridade, cedendo lugar a um concerto mundial, determinado em grande parte pela interação dos já citados cinco centros de poder, ainda que conservando o seu poder militar como "ultima ratio";
- essa despolarização ou difusão do poder é acompanhada pela política não-intervencionista e não-paternalista dos EUA em relação aos problemas dos demais países, cuja solução passa a ficar mais sob a responsabilidade direta de cada um deles;
- essa nova posição, que inevitavelmente reduzirá a presença americana entre os demais países, não tem caráter isolacionista, mas é nitidamente nacionalista, pois que tomada em função dos interesses clara e definitivamente americanos;
- o conflito de interesses das superpotências em áreas secundárias ou periféricas não deve impedir ou retardar o progresso real da "détente", isto é, da política de entendimentos básicos entre os maiores protagonistas do Poder Mundial;

- a confrontação do pós-guerra entre as superpotências estará assim, dando lugar à negociação, o que poderá garantir uma estrutura permanente de paz;
- os atos valem mais do que as palavras, pois estas se destinam, muitas vezes, ao público interno ou a reforçar a posição de liderança do país junto a outros países.

A queda de NIXON e a ascensão de FORD ao poder, muito pouco influíram na política externa americana, permanecendo KISSINGER como o homem-forte do governo a desenvolver a mesma linha de atuação anterior.

POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO CARTER

a. Orientação Geral

As eleições de 1976 levaram ao governo dos EUA a figura de Jimmy Carter, com novos conceitos e disposto a dar nova dinâmica às relações externas de seu país e a reconduzir a nação americana à situação de líder moral da humanidade.

A política externa do novo governo americano está baseada em três teses fundamentais: defesa dos direitos humanos, limitação da fabricação de armamentos estratégicos e redução da ameaça de proliferação nuclear.

A questão dos direitos humanos tem trazido para Carter diversos problemas com países amigos, que consideram as atitudes americanas como interferência em seus assuntos internos, além de divergências com outros chefes de Estado quanto à maneira como o problema vem sendo abordado por Washington e, ainda, a reação de Moscou, onde o assunto é considerado crítico e capaz de abalar as estruturas do até então monolítico bloco soviético.

O novo Secretário de Estado, Cyrus Vance, é reconhecido como um gentleman completo, aberto, equilibrado, com boa dose de segurança pessoal e cujas idéias de relacionamento externo se resumem nas seguintes teses: *necessidade de um novo acordo com o Panamá*, importante para o relacionamento, não só com aquele País, mas com toda a América Latina e, na realidade, com todos os Países subdesenvolvidos e em desenvolvimento no mundo; *necessidade de estabelecimento de um governo de maioria negra no sul da África*; *necessidade de se impedir a proliferação de armas nucleares e de reduzir fortemente o crescente programa norte-americano de venda de armamentos*; e a *relevante importância da questão dos direitos humanos*.

O assessor de Carter para assuntos externos, Zbigniew Brzezinski, teve no passado a reputação de combatente da guerra-fria, pronto à confrontação direta com a URSS. São de sua autoria as teorias da "*comunidade de países desenvolvidos*" e da "*interdependência global*". Brzezinski vê emergindo no mundo desenvolvido um relacionamento trilateral — *EUA, Europa Ocidental e Japão* — no qual esses Países, que partilham de certas premissas ideológicas e dispõem dos recursos ne-

cessários farão um esforço maior para organizar um mundo mais estável e mais progressista do ponto de vista social. Considera, portanto, a ideologia aliada aos recursos, como as chaves de um admirável mundo novo, simultaneamente mais estável e progressista, com condições de enfrentar o socialismo, combater a pobreza e defender a ecologia. Os ônus que atualmente competem aos EUA, seriam, portanto, redistribuídos com seus parceiros, a Europa Ocidental e o Japão.

No nível das relações com os socialistas, Brzezinski considera que *"os armamentos nucleares transformam de tal forma a natureza da segurança que alterações súbitas no equilíbrio político e de segurança são vistos como perigosos para todas as partes, mesmo as competidoras, e isso cria um estado de interdependência, mesmo entre rivais"*.

Desta forma, Brzezinski coloca o conceito de interdependência mais no plano do antagonismo do que no da cooperação ou, quando muito, no de esforços conjuntos para se evitar o pior, o desenlace nuclear.

O novo Embaixador americano na ONU é Andrew Young, homem de muito pouca habilidade diplomática, cujas declarações tem trazido diversos problemas para Carter, como suas afirmações de que *"reconhece como ilegítimo o atual governo da África do Sul"*, que os *"árabes odeiam os judeus da mesma forma que a KU-KLUX-KAN odeia os negros"*, e, a de que *"considera a presença cubana na África como elemento estabilizador, não devendo os americanos se tomar por uma paranóia ante as notícias de avanço soviético no continente africano"*. Tais declarações, partidas de um representante oficial do governo, tem provocado diversas reações dos povos diretamente atingidos e de outros americanos, como o Embaixador na OTAN Robert Strausz-Hupe, que em discurso de despedida daquele cargo alerta que *"a URSS nunca pretendeu nem pretende participar de uma guerra nuclear e seu empenho atual é promover um conflito político e psicológico de proporções alarmantes contra as democracias do Ocidente"*.

No campo da estratégia militar, o Wall Street Journal de 9 Mar. publica artigo em que procura sintetizar a formulação da política de defesa pela Administração Carter. O artigo, assinado por Kenneth Bacon, parte da premissa de que os estrategistas militares de Carter estão decididos a preservar a capacidade de retaliação nuclear a um ataque soviético. A base da premissa são as declarações do Secretário de Defesa Harold Brown durante as audiências de confirmação no Senado: *"No presente, a URSS não poderia atacar os EUA sem que fossemos capazes de lançar um devastador golpe de retaliação que destruiria a URSS como sociedade moderna atuante"*. O artigo ressalta que, para esse fim, os EUA mantêm um arsenal de 3.500 unidades explosivas nucleares, em contraposição às 3.500 unidades russas. Por detrás dessa concepção tradicional da *"dissuasão nuclear"*, o articulista informa que a nova administração está chegando a conclusões pouco tradicionais sobre como evitar uma guerra nuclear e, não sendo isso possível, como proceder em caso de conflito. As diferenças do ponto de vista atual em relação ao das administrações passadas referem-se a duas questões básicas:

- se uma guerra nuclear poderia ser limitada a algo menos do que um holocausto que destruiria ambos os países ou, em outras palavras, se uma guerra nuclear limitada não tenderia, irresistivelmente, para uma guerra nuclear total;
- se os acordos de controle de armas podem contribuir para segurança nacional, tanto quanto a produção de novas e devastadoras armas.

A posição do Secretário Brown, continua o artigo, é a de que não há muita margem para uma guerra nuclear limitada. Estaria assim, em desacordo com seus predecessores Schlesinger e Rumsfeld, que se inclinaram pela construção de uma força estratégica capaz de enfrentar e vencer uma guerra nuclear limitada. Paralelamente, a administração estaria pronta a abandonar o desenvolvimento de novas armas estratégicas, em troca de acordos de limitação aceitáveis com os soviéticos. Nas palavras de Brown: *"Nosso Planejamento de defesa não deve arriscar as perspectivas de se alcançar acordos"*. O artigo conclui dessas posições que, para a administração presente, comprar mais armas não significará necessariamente comprar maior segurança. E, mais ainda, que a segurança americana provavelmente aumentará se os EUA e a URSS reduzirem seus arsenais ou, pelo menos diminuir sua expansão.

O artigo conclui ressaltando que os funcionários do governo atual acreditam ser possível aos EUA, se necessário, acelerar rapidamente o trabalho em novos sistemas estratégicos. Lembra também que planejadores militares acentuam que os russos se preocupam mais com a potência econômica dos EUA e sua capacidade de fazer face a necessidades de defesa do que com sistemas específicos de armas. Cita ainda, outra declaração do Secretário Brown: *"Nós não estamos gastando mais do que 1% do PNB com as Forças Nucleares Estratégicas. Porquanto eu não anteveja gastos proporcionais substancialmente maiores com estas forças em um futuro próximo, é verdadeiramente evidente que nós poderemos fazer — e faremos — tudo o que for necessário para conservar um equilíbrio estratégico estável nos próximos anos"*.

b. América Latina

O condicionamento da concessão de assistência militar dos EUA à questão dos direitos humanos e os recentes relatórios do Departamento de Estado sobre o assunto, provocaram os pedidos de suspensão da referida assistência por parte da Argentina, Uruguai, Brasil, El Salvador e Guatemala, e ainda a denúncia, por parte do Brasil, do acordo militar vigente entre os dois países, por considerarem todos esses países que tal fato representava uma intromissão em seus assuntos internos.

No setor da energia nuclear, a forte pressão exercida por Washington contra a execução do acordo entre o Brasil e a Alemanha Ocidental, encontrou uma posição rígida, por parte dos governos destes dois países, no sentido da manutenção do acordo nos termos originais.

Em recente pronunciamento na OEA, por ocasião das comemorações do Dia Panamericano, o Presidente Carter definiu sua política, em relação à América Latina, baseando-a em 6 itens:

- respeito à soberania dos países da América Latina;
- modificações nas relações comerciais, com redução de restrições, consideração dos problemas específicos dos países em desenvolvimento e tratamento especial, quando possível e conveniente;
- redução de armamentos;
- assinatura pelos EUA do protocolo do Tratado de Tlatelolco;
- negociações sobre o Canal do Panamá;
- reaproximação com Cuba.

c. Europa Ocidental

Na Europa Ocidental, especificamente no seio da OTAN, há ainda uma expectativa acerca dos atuais rumos da política americana. Estando a capacidade defensiva da OTAN apoiada basicamente no poderio americano e na possibilidade de os EUA acorrerem a curto prazo, em caso de ação ofensiva por parte de membros do Pacto de Varsóvia, há necessidade de confiança na firmeza de atitudes do governo americano, o que ainda não pôde ser claramente definido pelo atual governo.

Em Paris, o fato de o Embaixador americano ter recebido em audiência alguns altos dirigentes do PCF provocou protestos do Presidente Giscard d'Estaing ao Secretário Vance, durante sua estada na França. O dirigente francês, que ainda recentemente reprovara Kissinger por intervir nos negócios da França por meio de ameaças de sanções econômicas contra governos de participação comunista, critica Carter a idêntico título. O recebimento na Embaixada Americana de Paris, de dirigentes do PCF, caracterizou, segundo Giscard, nova intervenção americana nos negócios internos da França.

d. URSS

A concentração de esforços de Carter na busca de acordos para o controle de armamentos, reveste-se de alto significado. Se a reação dos russos for positiva — o que não ficou evidenciado no primeiro encontro de Vance com os dirigentes soviéticos — estará aberto o caminho para um ataque realmente sério ao problema central da corrida armamentista nuclear. Caso contrário, os EUA e o Ocidente serão forçados à conclusão de que sua segurança está mortalmente ameaçada, causando conseqüentemente uma irresistível pressão no sentido de se empregarem recursos substanciais na defesa ocidental e de perpetuar uma corrida armamentista que, no final, só poderá conduzir a uma desastrosa conflagração. O momento exige de Carter uma demonstração de discernimento e coragem e caso resolva fazer concessões aos russos sem nenhuma contrapartida — como o fez Roosevelt em YALTA — esta-

rá presidindo à abdicação final do poderio americano e à inevitável decadência do Ocidente.

e. Extremo Oriente

A China é, atualmente, a terceira grande potência do mundo e, apesar de seus poderes político e econômico não serem de grande expressão, seu poder militar não pode ser ignorado.

Para conter o expansionismo soviético e as pretensões chinesas na Ásia, os EUA ainda mantém um forte dispositivo militar caracterizado pela VII Frota e por bases na Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Filipinas.

Aproveitando-se das graves dissensões entre chineses e soviéticos e consoante com a política de Nixon de relaxamento de tensões, os EUA promoveram uma aproximação com o regime de Pequim, culminando com o estabelecimento do intercâmbio comercial entre os dois países e a admissão da China de Mao na ONU, como única representante do povo chinês.

No SE asiático, depois da retirada de suas forças, os EUA estão gradualmente se afastando da área.

Nas Filipinas, o chefe da Missão Americana na Malásia encaminhou a seu governo relatório recomendando o fechamento das bases americanas nas Filipinas, com base nos seguintes argumentos:

- os gastos com a manutenção da Base Aérea Clark e da Base Naval Subic Bay seriam desproporcionais em relação aos seus potenciais benefícios militares;
- as bases não representam uma barreira à penetração soviética e chinesa na área;
- as bases seriam uma fonte de problemas internos e causariam dificuldades no relacionamento com o governo de Manila, com o terceiro Mundo e com os países comunistas vizinhos;
- o SE asiático teria perdido importância política e militar para os EUA.

Na Coreia do Sul, já é fato anunciado por Washington a retirada de suas forças, num total de 32 mil homens, a ser efetuada num período de 4 a 5 anos.

Esse afastamento americano é, naturalmente, motivo de inquietação por parte do Japão, que conta com os EUA para a sua segurança e que receia, por outro lado, que Pequim interprete o fato como uma prova de enfraquecimento americano e que Moscou se sinta estimulada a novas aventuras expansionistas.

f. Oriente Médio

Em relação ao Oriente Médio é conhecida a atuação de Kissinger como mediador, procurando estabelecer um entendimento entre árabes e judeus a fim de evi-

tar a repetição dos conflitos anteriores, de tão desastrosas repercussões em todo o mundo, principalmente no seio do bloco ocidental.

Em suas primeiras manifestações sobre a situação na região, Carter defendeu a necessidade da criação de uma *área de segurança nas fronteiras de Israel com os países árabes*. Segundo o presidente americano, um *acordo de paz só será duradouro se estabelecer a necessidade de Israel ter "fronteiras defensáveis", além das legalmente reconhecidas, e que as negociações sobre o acordo devem incluir uma reformulação das fronteiras estabelecidas em 1967, a retirada de Israel dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias e o estabelecimento de uma pátria para os palestinos*.

g. África

Em relação à África, a política dos EUA, que era de quase total desinteresse, passou a ser definida pela tentativa do aumento de sua influência a fim de contrabalançar a crescente expansão soviética na área, pela busca de soluções pacíficas para a transição do governo para a maioria negra na Rodésia e na Namíbia e em pressões sobre o governo da África do Sul para a extinção do regime de "apartheid".

O continente africano é o principal fornecedor para o Ocidente de matérias-primas importantes, como o cobre, o cobalto, o cromo, os diamantes etc. O expansionismo soviético na África, além de colocar em risco a tradicional influência ocidental, representa um sério perigo pela possibilidade do bloqueio daquelas matérias-primas e ainda, pelo controle que seria exercido sobre a chamada "rota do Cabo", ao longo da qual navegam os petroleiros que transportam, todos os meses, cerca de 30 milhões de toneladas de petróleo do Oriente Médio para a Europa Ocidental e América e cuja interdição representaria a paralisação total das forças da OTAN.

Entretanto, elementos de destaque no governo americano, como o Embaixador Young, preferem minimizar a influência de Moscou, com considerações, como a já citada, de que as forças cubanas atuam como elemento moderador e que as nações dominadas por regimes socialistas, mais cedo ou mais tarde, voltam-se para o Ocidente em busca de auxílio econômico.

h. Conclusões

De tudo o que foi exposto, podemos estabelecer as seguintes conclusões:

- a. A defesa dos direitos humanos poderá trazer de volta para Washington a desejada situação de liderança moral, seriamente abalada com o conflito do Vietnã e o caso Watergate, ao mesmo tempo em que poderá provocar uma séria cisão no bloco soviético, capaz de romper o atual equilíbrio estratégico, em favor do bloco ocidental;
- b. A estratégia defensiva dos EUA baseia-se numa poderosa Força Estra-

tégia Nuclear e na manutenção de um sistema de mísseis balísticos portadores de ogivas nucleares, capazes de dissuadir a URSS de qualquer atitude ofensiva contra o território americano;

- c. O atual governo americano não acredita na possibilidade de que uma guerra nuclear, após desencadeada, possa ficar restrita a limites definidos, tendendo sim, a uma escalada que redundaria em danos verdadeiramente inaceitáveis para ambos os contentadores;
- d. Para o novo governo americano são básicas as *limitações dos armamentos estratégicos* e uma *substancial redução no armamento mundial* para o encontro do caminho da paz. Tais premissas devem ser conseguidas através de negociações e já estão os EUA reduzindo seus investimentos em projetos defensivos antes considerados de elevada prioridade, na esperança de idêntico procedimento por parte dos soviéticos e para demonstrar sua sinceridade de propósitos nas próximas conversações a serem realizadas;
- e. Por outro lado, as nações do bloco ocidental esperam de Carter uma definição no sentido de se saber até que ponto estaria o presidente americano disposto a manter as negociações com os soviéticos e quando passaria a adotar uma ação de força em defesa de seus aliados.